

NÃO TENHO DÚVIDAS DE QUE ASSINAREMOS O ACORDO DIA 15 DE ABRIL
(William Rhodes, chefe do comitê de assessoramento dos bancos credores.)

Bancos aceitam pedido de perdão do Brasil

MESMO SEM O STAND-BY COM FMI, ACORDO SERÁ ASSINADO NA DATA PREVISTA.



RIBAMAR DE OLIVEIRA, DE NOVA YORK
Durante reunião ontem com o chefe do comitê de assessoramento dos bancos credores, William Rhodes, o ministro da Fa-

zenda, Fernando Henrique Cardoso, pediu waver (perdão) da cláusula contratual que prevê o fechamento de um acordo stand-by (liberação escalonada de crédito) com o FMI como condição para assinatura do contrato de renegociação dos contratos de refinanciamento da dívida externa brasileira, num total de US\$ 52 bilhões. Hoje, o comitê dos bancos divulgará um comunicado oficial aceitando o pe-

dição. O governo brasileiro terá agora que usar cerca de US\$ 2,8 bilhões de suas reservas internacionais para adquirir as garantias necessárias à rolagem da dívida. Com a aceitação do waver, a assinatura formal do

acordo de refinanciamento da dívida de US\$ 35 bilhões será feito na data prevista. "Nós estamos neste momento consultando o Comitê Assessor dos bancos no sentido de aprovar os necessários waivers (será necessário mais de um até a formalização do acordo)

de que amanhã (hoje) à tarde, no máximo, o comitê estará numa posição de recomendar a aprovação destes waivers pra a comunidade internacional de bancos".

O ministro FHC disse que a solução encontrada não prejudica o

dial e Banco Interamericano entrarão com suas partes".

Rhodes disse que recebeu a garantia do presidente do Banco Central, Pedro Malan, de que o Brasil terá os cupons zero (títulos do Tesouro dos Estados Unidos) necessá-

rios para oferecer no ato de assinatura do acordo de renegociação da dívida.

Rhodes anunciou a decisão de alguns bancos de emprestar dinheiro novo para o Brasil. Informou que somente o Citibank, o maior credor brasileiro, estava disposto a emprestar mais US\$ 100 milhões. Minutos depois corrigiu a informação. "O Citi vai entrar com mais US\$ 200 milhões.

O pedido de waver, segundo William Rhodes, será feito

porque, embora o Brasil não tenha uma carta de intenção com o FMI, o comunicado oficial do fundo, divulgado ontem, indica ao menos que houve "vários progressos" no programa de estabilização.



A negociação, passo a passo

O que o Brasil quer é encerrar o mais rápido possível o longo processo de renegociação de uma fatia de US\$ 52 bilhões de dívida externa com os bancos privados. Os passos são os seguintes:

1 Acertados os ponteiros entre o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, a proposta brasileira será encaminhada ao board (conselho de diretores do FMI) com a recomendação de Camdessus para aprovação, ou seja, o sinal verde para a renegociação com os bancos. A tradição do board é homologar as propostas do diretor gerente, mas isso só ocorrerá após a transformação da URV em real, segundo ficou definido em Washington.

2 Fechado o acordo, o Brasil começará rapidamente os procedimentos para substituir a dívida por bônus com base no chamado Plano Brady, do ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady. "Depois disso, o acordo com os bancos será imediato e os Brady bonds - como são chamados títulos semelhantes emitidos por outros países - poderão ser emitidos dentro de 20 a 25 dias", prevê o diretor geral do Banco Unión, Donaldson Marques da Silva. Entre os resultados seguintes, diz Silva, estarão uma valorização dos títulos brasileiros negociados no exterior e mais recursos para as Bolsas.

3 Os Brady bonds serão adquiridos por milhares de investidores em todo o mundo e assim uma parcela de US\$ 41,3 bilhões da dívida fica substituída por papéis muito mais seguros. Se um país não pagasse os Brady bonds, correria o risco de sofrer milhares de ações em todo o mundo.

4 Com a assinatura do acordo, a revisão da dívida externa proposta no programa do Partido dos Trabalhadores ficaria enfraquecida, pois dificilmente poderia atingir a parcela convertida em bônus.

Brasil. "Nós vamos fazer um empréstimo para nós mesmos". Ele explicou que o Brasil terá dois anos para completar as garantias (que são de US\$ 4,2 bilhões no total) e ressaltou que "até lá, o Banco Mun-

A dívida em renegociação com os bancos credores



Total Renegociado - US\$ 52 bilhões

Total coberto pelos novos bônus - US\$ 35 bilhões

Total devido a agências de bancos brasileiros no exterior - US\$ 6,9 bilhões

Total a ser transformado em novo empréstimo - US\$ 3,8 bilhões

Total de juros atrasados - US\$ 6,3 bilhões

Prazo para pagamento

Até 30 anos, dependendo do título ou contrato escolhido.

Desconto obtido

US\$ 4,3 bilhões de imediato, podendo atingir US\$ 7 bilhões, conforme a evolução das taxas de juros internacionais.

Instrumentos (títulos e contratos)

Bônus de Desconto - Abatem US\$ 0,35 (35%) de cada dólar devido e renegociado por meio desses títulos. Têm prazo de 30 anos e juros de mercado.

Bônus ao Par - Não dão desconto sobre o valor renegociado. Têm prazo de 30 anos e juros tabelados, começando em 4% e terminando em 6,7%.

Bônus de Capitalização - Sem descontos. Prazo de 20 anos, com 10 de carência e juros tabelados (4% a 6% até o sexto ano e 8% daí em diante).

Bônus de Dinheiro Novo/Bônus de Conversão de Dívida - O primeiro tem 15 anos, com 7 de carência e o segundo, 18 anos, com 10 de carência. Juros de mercado. Para cada US\$ 5,5 de dívida velha convertida pelos Bônus de Conversão, os bancos se obrigam a emprestar US\$ 1 ao Brasil por meio do Bônus de Dinheiro Novo.

Bônus de Redução Temporária de Juros - Sem descontos. Prazo de 15 anos com 9 de carência. Juros tabelados (de 4% a 5%) até o sexto ano e de mercado nos anos seguintes.

Opção de Reestruturação - Sem descontos. Prazo de 20 anos com 10 de carência. Juros tabelados (de 4% a 5%) nos primeiros seis anos e juros de mercado nos anos restantes.

Bônus de Juros Atrasados - Sem descontos. Prazo de 12 anos com três de carência e juros de mercado.

Garantias

O Brasil comprometeu-se a entregar aos bancos, na data da efetivação do acordo, títulos especiais (Zero Coupon Bonds) do tesouro norte-americano no valor de US\$ 2,8 bilhões.